



Delegação Portuguesa  
Grupo dos **Socialistas & Democratas** no Parlamento  
Europeu

## Comunicado de imprensa

25 de Novembro de 2010

### **Eurodeputados aprovam relatório de Ana Gomes sobre Segurança Química, Biológica, Radiológica e Nuclear na UE**

A Comissão das Liberdades Cívicas do Parlamento Europeu (PE) aprovou esta manhã, por unanimidade, um relatório da Deputada **Ana Gomes** sobre o Plano de Acção da União Europeia para o Reforço da Segurança Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (QBRN). As propostas da eurodeputada socialista centram-se na melhoria da prevenção, detecção e resposta a qualquer acidente ou ataque terrorista com substâncias QBRN e apontam para a articulação entre capacidades civis e militares entre as instâncias da UE e os 27 Estados-membros.

**Ana Gomes** sublinhou no seu relatório que a coordenação de recursos e capacidades militares e civis na resposta a um acidente QBRN deve acontecer sob a égide de um mecanismo europeu de resposta a crises, em estreita colaboração com uma Força Europeia de Protecção Civil, que deve ser criada com base no já existente Mecanismo Europeu de Protecção Civil e para a qual o PE apelou já várias vezes. A Comissão das Liberdades Cívicas do PE sublinha, por isso, que a UE deve desenvolver mecanismos específicos, e de carácter “obrigatório”, no que respeita à cooperação e partilha de meios e recursos entre Estados-Membros. *“As consequências da incúria e da negligência não conhecem fronteiras”, avisa **Ana Gomes**, “pois muito embora os desastres ou ataques QBRN possam ocorrer num determinado Estado-Membro, existe um risco elevado de contaminação a outros países da União, o que, em última análise, pode muito bem pôr em risco as vidas, a saúde e o ambiente de vários países europeus, como provou a recente catástrofe das lamas tóxicas na Hungria”, disse a deputada após a votação positiva do seu relatório.*

No que respeita à preparação para a resposta a um acidente, o relatório apela à criação de reservas de recursos ao nível regional e comunitário, bem como de equipas especializadas de resposta, como sendo pessoal médico, forças da autoridade e militares. O Plano de Acção QBRN da UE deve

também apontar formas que permitam aos Estados Membros “colocar em prática a nova Cláusula de Solidariedade”, consagrada no Tratado de Lisboa. A relatora do PE lança ainda o apelo para que a UE não ceda às pressões da indústria e que lhe atribua obrigações no domínio do tratamento, armazenamento, transporte e troca de substâncias QBRN. Os eurodeputados sublinham que o que está em jogo é “o direito à vida, à liberdade e à segurança de todas as pessoas e sociedades na Europa”, pelo que, por exemplo, procura obrigar a indústria química a substituir a utilização de químicos de alto risco por alternativas apropriadas de menor risco, quando tal substituição seja “científica, tecnológica e ambientalmente possível”, e sempre que “existir uma melhoria clara em termos de segurança”.

Ao mesmo tempo, o relatório pretende ainda que a Comissão e o Conselho obriguem a indústria a proceder à notificação sobre todas transacções de materiais QBRN e solicita o desenvolvimento de um quadro jurídico que permita regulamentar e fiscalizar as transacções, assegurando assim que há uma notificação de todas as transacções suspeitas, bem como de perdas ou roubos de materiais QBRN. Ao mesmo tempo, o relatório reconhece que os maiores riscos QBRN derivam da proliferação daquele tipo de materiais, facilitando o acesso de organizações terroristas àquelas substâncias. É, portanto, necessário, aponta o relatório reforçar e universalizar os regimes de não-proliferação, incluindo o desarmamento, o que passa em muito pela boa implementação do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, a Convenção sobre Armas Químicas e a Convenção sobre Armas Biológicas.

Este relatório constitui a resposta da Comissão das Liberdades Cívicas do PE ao novo Plano de Acção Europeu QBRN, apresentado pela Comissão em Junho de 2009 e adoptado pelo Conselho em Novembro de 2009. O actual Plano de Acção Europeu entrou em fase de implementação em todos os Estados-Membros em Julho de 2010. Os eurodeputados apelam às duas instituições para que revejam e reforcem rapidamente o Plano de Acção de acordo com as recomendações do PE e que assegurem uma implementação célere. O relatório de **Ana Gomes** será votado na sessão plenária de Dezembro, em Estrasburgo.

---

Para mais informações ou esclarecimentos:

+32 (0) 488476624

+ 32 (0)2 284 5824

[anamaria.gomes@europarl.europa.eu](mailto:anamaria.gomes@europarl.europa.eu)